

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA para o exercício de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Mr. Presta do Brasil Ltda. (“Gyra”); (ii) a emissão e a colocação, privada de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 2019, no qual foram deliberados e aprovados por unanimidade a **(i)** a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA; **(ii)** a definição do capital social da Companhia em R\$ 10 (dez mil reais); **(iii)** a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; **(iv)** a redação do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(vi)** a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”. No âmbito das deliberações da Assembleia Geral, principalmente frente à deliberação da obtenção do registro de Companhia Aberta, a administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes para o exercício de 31 de dezembro de 2021.

2 Bases de preparação das informações contábeis

2.1 Bases de apresentação

2.1.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

2.15 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantidos a custo amortizado.

Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

Custo amortizado

O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria as contas a receber de clientes, de partes relacionadas, despesas antecipadas e outras contas a receber;

Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Redução ao valor recuperável: Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada.

Nas operações de securitização, as perdas por redução ao valor recuperável decorrem da perda estimada e incorrida por parte do cedente da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Portanto, neste contexto, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras.

Para os demais ativos financeiros, a administração revisa anualmente os indicativos de impairment ou deteriorações no perfil de crédito e constitui provisão para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores, Passivo de Arrendamento e Outras Obrigações.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.4 Impairment

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a

provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.5 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2021.

3.6 Receita de Juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretroatável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 3 a 18 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.8 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Banco conta movimento	112	3
Aplicações financeiras (1)	27.584	8.165

- (i) O montante é composto por: (a) aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de taxa /PCT 94 % do CDI.

5. Empréstimos e recebíveis

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos, para fins da 1ª emissão de debêntures da Companhia (“Emissão”).

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são representados por cédula de crédito bancário (“CCBs”) emitidas por determinadas pessoas jurídicas (“Tomador”) em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Gyra

b) Critérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia deverão respeitar os seguintes critérios de elegibilidade: (i) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico de um determinado Tomador não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 3,0% (três por cento) do valor total da Emissão; (ii) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico dos 8 (oito) maiores Tomadores não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 20,0% (vinte por cento) do valor total da Emissão; (iii) que as CCB não estejam vencidas em sua data de aquisição; (iv) o vencimento das CCB deverá ocorrer em, no máximo, 90 (noventa) dias antes do vencimento das debêntures; (v) que cada CCB não possua saldo vencido e não pago na respectiva data de aquisição; e (vi) as CCB não poderão ser emitidas por sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Companhia ou da Gyra.

c) Composição dos recebíveis

	31/12/2021	31/12/2020
Carteira de crédito - CCBs	107.193	21.449
(-) Perdas de crédito esperadas	(22.146)	(2.826)
Total	85.717	18.623

d) Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Saldo em 31/12/2020	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	Perda de crédito esperada	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Carteira CCBs	5.967	-	401	(1.686)	(4.227)	455
Carteira CCBs2	12.656	42.074	13.689	(16.248)	(23.976)	28.195
Carteira CCBs3	-	60.093	5.652	(1.386)	(7.293)	57.066
Total	18.623	102.168	19.742	(19.320)	(35.497)	85.717

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

	<u>CCBs</u>	<u>Perda de crédito esperada</u>	<u>Líquido</u>
A vencer	94.375	(10.671)	83.704
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	2.377	(1.074)	1.303
De 31 a 60 dias	1.638	(1.141)	497
Acima de 90 dias	<u>9.524</u>	<u>(9.311)</u>	<u>213</u>
TOTAL	107.914	(22.197)	85.717
Curto prazo	67.320	(8.950)	58.370
Longo prazo	40.594	(13.247)	27.347

f) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A operação em escritura das debenture determinou a política a ser seguida para provisão para perdas de seus recebíveis, quais são aplicadas para a redução a seu valor recuperável, dado o recente início da operação, não se fez possível realizar a classificação dos empréstimos por estágios de recuperabilidade, como determinar o IFRS 9 correlação ao CPC 48, pois em análise

realizada pela companhia, informações não estão estáveis gerando grande oscilações quando comparadas.

6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar com prestadores de serviços é de R\$ 77 (R\$ - em 31/12/2020).

7. Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a pagar está representado por impostos e contribuições a recolher (IRRF, PIS/COFINS/CSLL), no valor de R\$ 16 (R\$ 4 em 31/12/2020).

8. Partes relacionadas

O saldo passivo com sócios, administradores e pessoas ligadas referem-se a despesas da Companhia que foram pagas pela Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda. e que serão reembolsadas respectivamente, conforme Instrumento Particular de Consultoria Financeira e Outras Avenças.

	31/12/2021	31/12/2020
Vert Consultoria e Assessoria Financeira Ltda (passivo)	29	-
Total	29	-

9. Debêntures

9.1 Condições das Escrituras

1ª EMISSÃO

No dia 22 de maio de 2019, a Companhia realizou sua 1ª Emissão de Debêntures Simples ("1ª Emissão"), não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor total da Emissão foi de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), tendo sido emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures, das quais 12.000 (doze mil) unidades integrantes da primeira série e 3.000 (três mil) integrantes da segunda série.

Remuneração

Primeira série: sujeitas a juros remuneratórios que corresponderão a 100,00% (cem inteiros por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) acrescida de spread ou sobretaxa de 5% (cinco por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série").

Segunda série: as Debêntures da Segunda Série não farão jus a qualquer remuneração.

Prêmio

Observada a Ordem de Alocação de Recursos e sujeito à existência de saldo disponível nas datas de pagamento ou, conforme o caso, na data de Vencimento Antecipado, as Debêntures da Segunda Série farão jus a um prêmio de reembolso correspondente a 100,00% (cem inteiros por cento) do resultado financeiro positivo acumulado pela carteira dos Créditos Financeiros, entre a Data da Emissão e a primeira Data de Pagamento, e, posteriormente, entre as Datas de Pagamento, limitado ao saldo disponível na Conta Centralizadora (“Prêmio de Reembolso”) após as deduções realizadas de acordo com a Ordem de Alocação de Recursos.

2ª EMISSÃO

No dia 01 de outubro de 2020, a Companhia realizou sua 2ª Emissão de Debêntures Simples (“2ª Emissão”), não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor total da Emissão foi de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), tendo sido emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, das quais 35.000 (trinta e cinco mil) unidades integrantes da primeira série, 5.000 (cinco mil) integrantes da segunda série e 10.000 (dez mil) integrantes da terceira série.

Remuneração

Primeira série: sujeitas a juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) acrescida de spread ou sobretaxa de 7,00% (sete por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).

Segunda série: juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) acrescida de spread ou sobretaxa de 11,00% (onze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).

Terceira série: as Debêntures da 3ª série não farão jus a nenhum tipo de remuneração.

Prêmio

Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos, após a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória, os Debenturista da Terceira Série receberão, nas Datas de Pagamento, um Prêmio Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados, após consideradas as alocações de recursos mais prioritárias, conforme a Ordem de Alocação de Recursos (“Prêmio Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados”)

3ª EMISSÃO

No dia 12 de maio de 2021, a Companhia realizou sua 3ª Emissão de Debêntures Simples (“2ª Emissão”), não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos.

O valor total da Emissão foi de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), tendo sido emitidas 120.000 (cento e vinte mil) unidades, em montante determinado por série de acordo com a definição apurada no Procedimento de Bookbuilding, alocado entre: (i) as Debêntures integrantes da primeira série (“Primeira Série” e “Debêntures da Primeira Série”);

(ii) as debêntures integrantes da segunda série (“Segunda Série” e “Debêntures da Segunda Série”); e (iii) as debêntures integrantes da terceira série (“Terceira Série” e, em conjunto com Primeira Série e Segunda Série “Séries”, e “Debêntures da Terceira Série”).

Remuneração

Primeira série: sujeitas a juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) acrescida de spread ou sobretaxa de 6,0000% (seis por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Primeira Série”).

Segunda série: juros remuneratórios que corresponderão a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) acrescida de spread ou sobretaxa de 10,00% (dez por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série”).

Terceira série: as Debêntures da 3ª série não farão jus a nenhum tipo de remuneração.

Prêmio

Observados os termos da Escritura de Emissão, especialmente quanto à Ordem de Alocação de Recursos, após a Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures até o Limite da Amortização Extraordinária Obrigatória, havendo recursos disponíveis, os Debenturistas da Terceira Série receberão, nas Datas de Pagamento, um prêmio de reembolso calculado com base na receita dos Direitos Creditórios Vinculados, correspondente ao montante existente na Conta Exclusiva após a realização dos demais pagamentos previstos na Ordem de Alocação de Recursos da Emissão (“Prêmio de Reembolso Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados”).

9.3 Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das debêntures somava:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo anterior	26.786	11.015
Integralizações	111.937	20.678
(-) Amortizações	(22.775)	(3.772)
(±) Perdas de crédito esperadas	(19.320)	(2.696)
(+) Prêmio	13.642	(3.073)
(±) Juros debêntures	2.975	4.634
	113.245	26.786

As perdas de crédito esperadas são avaliadas frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um passivo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do passivo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de financeiro projetado daquele passivo que pode ser estimado de uma maneira confiável.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1 (hum mil e um reais) foram integralizados na fase pré-operacional e o restante será integralizado em até 2 anos contados a partir da data de constituição da Companhia. As participações estão apresentadas desta forma:

	Número de ações ordinárias	% de participação
Vert Participações Ltda.	9.999	99.99
Vert Créditos Ltda.	1	0.01
Total	10.000	100.00

10.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

11. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

12. Receita operacional

	2021	2020
Receita operacional	19.742	3.565
	19.742	3.565

13. Custo dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Gestão de carteira	(1.167)	(834)
Agente fiduciários	-	(72)
Cetip	(41)	(13)
Consultoria	(25)	-
Taxas CVM	(20)	(10)
Tarifa Banco Liquidante	(76)	(40)
Outras Taxas Contribuições e Impostos	(22)	-
Escrituração de emissões	(56)	-
Comissão de Estruturação	(773)	-

Cobrança	(1.035)	(314)
Total	(3.215)	(1.283)

14. Despesas operacionais por natureza

	31/12/2021	31/12/2020
Auditoria	-	(46)
Assessoria contábil	(46)	(45)
Anúncios e Publicações	(140)	(56)
Consultoria	(9)	-
Honorários Advocaticios	(272)	(55)
Messageiros	(2)	(2)
Despesa de Software	(26)	(3)
Cartórios	(20)	-
Despesas Tributárias	(174)	(42)
Total	(689)	(249)

Classificadas como

Gerais e administrativas	(515)	(207)
Despesas tributárias	(174)	(42)
	(689)	(249)

- (i) O Saldo refere-se ao pagamento ref. Prestação de serviço de gestão de carteira pago para a VERT Securitizadora.

15. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas no período de 31 de dezembro de 2021:

	31/12/2021	31/12/2020
Receita de aplicações financeiras	819	91
Receitas Financeiras	1.497	161
Despesas financeiras	(1.969)	(140)
Juros Debentures	(2.975)	(4.634)
Prêmio de debenture	(13.642)	2.489
Total	(16.270)	(2.033)

17. Contrato de Seguros

Em 31 de dezembro de 2021 a companhia não possui seguros contratados.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das demonstrações contábeis.

19. Outros Assuntos

Com relação a eventos subsequentes, também em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a companhia analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação da companhia, visto que possíveis impactos econômicos só trariam reflexos consideráveis, em datas futura, e não tendo base concreta ou confiável para demonstrar os efeitos considerando os impactos do COVID-19 em nossos negócios, entendemos que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis , que necessitassem de qualquer tipo e ajuste.

20. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 31 de março de 2022.

* * *